O Estado à espera que a nuvem volte

Publicado em 2026-11-15 00:00:00



O Estado à espera que a nuvem volte

O apagão do Microsoft 365 expôs o preço de concentrar as comunicações públicas num só fornecedor.

> de mudar de fornecedor? A falha de Novembro deu a essa pergunta um prazo medido em horas.

O correio electrónico é um serviço banal até ao momento em que faz falta. É por ali que segue um parecer, chega um anexo e se convoca a reunião em que alguém tem de decidir. Na quinta-feira, 12 de Novembro, uma falha do Microsoft 365 comprometeu o acesso a ferramentas usadas pela generalidade dos serviços da Administração Pública e pelo próprio Governo. A Secretaria-Geral do Governo disse que a actividade prosseguia por meios alternativos seguros. Os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde confirmaram constrangimentos em entidades sob tutela do ministério. No sábado, dia 14, a Microsoft anunciou a reposição global do serviço. [1] [2] [3] [4]

O comunicado do Governo deixa em aberto uma pergunta elementar. Que funções continuaram a ser cumpridas, através de que meios e durante quanto tempo? Entre assegurar uma reunião urgente e manter, durante dois dias, um circuito de notificações ou de decisões com registo e prazos vai uma diferença que só um balanço de cada serviço permite medir.

falha ao anúncio de reposição global. O efeito e a duração variaram entre serviços e regiões. [1] [3] [4]

- **13,16 milhões de euros, mais IVA.** Limite de despesa autorizado para licenciamento Microsoft, de 2025 a 2027, para um conjunto de entidades do Ministério das Finanças. [5]
- **30 de Junho de 2027.** Prazo fixado no Plano Nacional de Nuvem Soberana para os organismos da Administração Pública qualificarem os seus processos segundo o referencial técnico previsto. [11]

I. A poupança que se vê e o risco que se acumula

Há razões para comprar uma plataforma integrada. O aprovisionamento é mais simples, a formação pode ser comum e a assistência tem um interlocutor definido. A resolução que autorizou a despesa nas Finanças invoca precisamente a integração e a continuidade dos serviços. A

ligação continuaram a funcionar. [3] [5]

Este é um custo que se perde quando cada organismo justifica a sua compra isoladamente. Uma subscrição pode fazer sentido num ministério. A repetição da mesma decisão em dezenas de organismos cria um risco para o Estado inteiro. A entidade que negoceia o preço da licença raramente suporta o custo dos atrasos noutros serviços. A dispersão das facturas esconde a concentração técnica.

O limite publicado para as Finanças permite começar a discussão. Para a concluir, seria preciso divulgar a despesa efectiva por organismo, as licenças activas e os custos de operação e de saída. Uma comparação a cinco anos deve incluir suporte, actualizações, formação, conversão de documentos e tempo de coexistência entre plataformas. O software livre também exige equipas, orçamento e manutenção. A diferença pode estar na liberdade de contratar essas equipas e de mudar de operador sem recomeçar do zero.

A indisponibilidade suscitou dúvidas sobre o alojamento da informação pública. A documentação da Microsoft descreve um perímetro europeu de armazenamento e tratamento para clientes abrangidos, bem como situações em que pode haver transferências ou acesso remoto a partir do exterior desse perímetro. A localização efectiva dos dados e das cópias de cada organismo português exige verificação contratual e técnica. [6] [7]

Um centro de dados em território europeu responde à questão da localização física. A auditoria começa aí. Quem tem acesso de administração? Em que condições podem ser lidos os dados? Quem controla as chaves de cifra, quando aplicável? Onde ficam os registos e as cópias? Que jurisdições e garantias contratuais incidem sobre o prestador e os seus subcontratantes? O Estado deve saber responder a estas perguntas para cada serviço crítico.

> *emergência consegue aceder-lhe e repor o serviço durante a falha que a tornou necessária.*

III. A alternativa aberta começa pelo trabalho de sair

Desde 2011, a lei portuguesa prevê a adopção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado. A medida prática dessa ambição seria uma migração de ensaio. Um segundo operador deve conseguir receber o correio, os calendários e os documentos e repor as funções de que os serviços precisam. No ensaio contam as caixas partilhadas, as permissões, os anexos e a conservação dos registos. Um ficheiro que abre é apenas o primeiro passo. [8]

O estado alemão de Schleswig-Holstein comunicou a migração de mais de 44 mil caixas de correio e de 110 milhões de mensagens e entradas de calendário para Open-Xchange e Thunderbird. Em França, a Cour des comptes recomendou em Outubro de 2026 uma transição plurianual para ferramentas colaborativas livres. O mesmo

custa preparar insuficientemente a convivência entre ferramentas. [9] [10]

Portugal pode financiar a operação e a evolução de componentes abertos já maduros, com equipas públicas, empresas portuguesas e cooperação europeia. Começaria por serviços com menos integrações, dando aos funcionários tempo para testar documentos reais, incluindo folhas de cálculo com macros e fluxos de assinatura. Cada piloto teria métricas públicas de custo, disponibilidade e facilidade de migração. Com os resultados à vista, a expansão passa a ser uma decisão informada.

IV. O que deve ser exigido depois da falha

O Plano Nacional de Nuvem Soberana, aprovado em Maio, dá ao Governo um instrumento para agir. Já prevê qualificar os processos públicos e admite ofertas distintas consoante a criticidade. A primeira prova de execução seria publicar um balanço do incidente por sector, com as funções afectadas, os tempos de recuperação e as alternativas realmente accionadas. [11]

com autenticação independente. Depois, deveriam entregar a outro operador uma exportação e cronometrar a recuperação. O primeiro exercício mede a capacidade de atravessar uma falha. O segundo mede a liberdade de sair de um contrato.

Epílogo

O cidadão continua a ter prazos quando a nuvem falha. Tem notificações para receber e respostas para apresentar. É razoável exigir que o Estado saiba dizer quais desses actos consegue assegurar durante um apagão, por que via e em quanto tempo. A próxima renovação de licenças devia começar com esse relatório em cima da mesa.

Nota Editorial

> Crónica de opinião datada de 15 de Novembro de 2026. As fontes descrevem uma interrupção de disponibilidade. Segundo a Microsoft, à data da reposição, a empresa desconhecia indícios de actividade maliciosa. A dimensão exacta dos

> O valor de 13,16 milhões de euros é um limite de autorização plurianual para o licenciamento Microsoft nas entidades enumeradas na resolução das Finanças. As propostas de auditoria, continuidade e migração são posições editoriais. [5]

Referências credíveis

1. Secretaria-Geral do Governo — Constrangimentos nos serviços Microsoft 365 (13 de Novembro de 2026).
2. Euronews — Microsoft 365 global outage disrupts Portuguese government, health services and schools (13 de Novembro de 2026).
3. Reuters, via Euronext — Microsoft restores service to Outlook and Teams after global outage (14 de Novembro de 2026).
4. Associated Press — Microsoft says services fully restored after hourslong global outage (14 de Novembro de 2026).

365.

7. Microsoft Learn — Continuing data transfers that apply to all EU Data Boundary Services.
8. Diário da República — Lei n.º 36/2011 — Adopção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado (21 de Junho de 2011).
9. Comissão Europeia · Interoperable Europe Portal — Schleswig-Holstein's Open Source Strategy, a year on (Fevereiro de 2026, actualizado em Março).
10. Cour des comptes — Les outils bureautiques et collaboratifs au sein de l'État (22 de Outubro de 2026).
11. Diário da República — Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2026 — Plano Nacional de Nuvem Soberana (27 de Maio de 2026, versão consolidada).

Francisco Gonçalves

Fragmentos do Caos

FC-Chronic-News · Colaboração editorial de Augustus Veritas